

Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro

rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/422



Notes on disappropriation in Brazilian law

Autores

Celso Antonio Bandeira de Mello Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Palavras-chave:

desapropriação, Direito Brasileiro, Direito Administrativo

Resumo

Do ponto-de-vista teórico, pode-se dizer que desapropriação é o procedimento administrativo através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire para si, mediante indenização, fundada em um interesse público. À luz do direito positivo brasileiro, desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder Público, compulsoriamente, por ato unilateral, despoja alguém de um bem certo, fundado em necessidade pública, utilidade pública, ou interesse social, adquirindo-o originariamente mediante indenização prévia e justa, pagável em dinheiro ou, se o sujeito passivo concordar, em títulos da dívida pública com cláusula de exata correção monetária, ressalvado à União o direito de saldá-la por este meio nos casos de certas datas rurais, quando objetivar a realização da justiça social através da reforma agrária. Tal conceito decalca-se no art. 153, § 22, conjugado com o art. 161, e parágrafos, da Carta Constitucional brasileira.

Biografia do Autor

Celso Antonio Bandeira de Mello, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Professor Emérito da Faculdade do Largo São Francisco. Professor Emérito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Referências

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Apontamentos sobre a desapropriação no Direito Brasileiro. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, São Paulo, v. 5, n. 19, p. 439-460, out./dez. 2021.

Publicado

2021-12-15

Como Citar

MELLO, C. A. B. de. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro: Notes on disappropriation in Brazilian law. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 5, n. 19, p. 439–460, 2021. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/422>. Acesso em: 7 fev. 2022.

Edição

v. 5 n. 19 (2021)

Seção

Memória do Direito Administrativo

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

(CC BY-NC-ND)

Este é um resumo (e não um substituto) da [licença](#)

[Regras para publicação](#)

[Diretrizes Editoriais](#)

[Direitos e Deveres](#)

[Errata e Retratação](#)

[Preservação e Plágio](#)

[Revisão e Avaliação](#)

Artigos mais lidos pelo mesmo(s) autor(es)

- Celso Antônio Bandeira de Mello, [O conteúdo do regime jurídico-administrativo e seu valor metodológico](#), *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI*: [v. 1 n. 1 \(2017\)](#).

- Celso Antônio Bandeira de Mello, Desapropriação de bem público, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 14 (2020).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Apontamentos sobre a teoria dos órgãos públicos, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 2 n. 4 (2018).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Criação de secretarias municipais: Inconstitucionalidades do art. 43 da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 11 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Novos aspectos da função social da propriedade, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 8 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Parecer. Improbidade Administrativa. Proibição de Contratar com o Poder Público. Termo Inicia I, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 12 (2020).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Mandado de segurança contra denegação ou concessão de liminar, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 11 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Licitação. Aplicação de normas do Decreto-lei 200, de 1967, aos municípios: do objeto licitável, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 3 n. 9 (2019).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Servidores públicos: aspectos constitucionais, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 4 n. 14 (2020).
- Celso Antônio Bandeira de Mello, Apontamentos sobre o poder de polícia, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI: v. 5 n. 18 (2021).

1 2 ≥ >>

